



Escola Secundária de Barcelinhos - 403787





Projeto
Curricular de
Escola
2017/2018

Nota de Apresentação

A Escola Secundária de Barcelinhos tem em funcionamento o 3º Ciclo do Ensino Básico e o Ensino Secundário.

No ensino básico, tem como opção, um Curso de Educação e Formação na área da Informática – Operador de Informática.

No ensino secundário, para além dos cursos científico-humanísticos – Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas e Línguas e Humanidades – a escola oferece os seguintes cursos profissionais: Técnico de Desporto, Técnico de Informática de Gestão e Técnico de Turismo Ambiental e Rural.

A Escola Secundária de Barcelinhos tem ainda em funcionamento formação para alunos com necessidades educativas especiais com Currículo Específico Individual (CEI).

- **No Ensino Básico tem no presente ano as seguintes turmas:**
- **7º ano – 3 turmas;**
- **8º ano – 4 turmas;**
- **9º ano – 2 turmas.**
- **Curso CEF – Educação formação - Operador/a de Informática.**
- **No Ensino Secundário:**
- **Curso Ciências e Tecnologias:** 2 turmas de 10º; 2 turmas de 11º ano; 3 de 12º ano
- **Curso Ciências Socioeconómicas:**
- 0,5/1 turma de 10º ano, 1 de 11º ano e 1 turma no 12º ano.
- **Curso Ciências Sociais e Humanas: Línguas e Humanidades:**
- 0,5/1 turma de 10º ano, 1 de 11º ano e 1 turma no 12º ano.
- **Curso Profissional de Técnico de Informática de Gestão:** 1 turma de 10ºano, 1 turma de 11º ano e 1 turma de 12º ano (desdobra nas disciplinas técnicas).
- **Curso Profissional de Técnico de Desporto:** 1 turma mista de 10º ano (agrupa nas disciplinas gerais com 10ºTR).
- **Curso Profissional de Técnico de Turismo Ambiental e Rural:** 1 turma mista do 10º ano (agrupa nas disciplinas gerais com 10ºDP), 1 de 11º ano e 1 de 12º ano.
- **Curso DP e TR – 1 turma mista no 10º (DP/ TR).**
- **Turmas CEI:** 11º e 12º (alunos anexos a outras turmas).

Existem em funcionamento no presente ano letivo, os seguintes **Projetos e Clubes**: Projeto de Educação para a Saúde e Educação (PES), no qual se integra o Programa Regional de Educação Sexual em Saúde Escolar (PRESSE); Projeto Erasmus+, a Equipa de Apoio ao Aluno; a Biblioteca Dr. António Ferraz/Centro de Recursos; o Clube de Matemática; o Ciência em Movimento; A Escola na Internet; a Rádio Escola; Revista *Schola*-Publicações; a Oficina Tecnológica; o Clube Europeu; a Equipa da Proteção Civil; o Clube de Teatro; e o Clube de Robótica, Gabinete de Apoio e de Mediação de Conflitos (GAMC), Clube Robótica, Projeto «A minha escola de Ciências, Escola de Ciências da UM/Ciência Viva, SEI+, Clube Voluntariado, PTE/TIC, Plano de Ação Estratégica e Parlamento dos Jovem.

No âmbito do Desporto Escolar: Clube de Canoagem, Clube de BTT: Desporto Escolar; Projeto - Barcelos sobre Rodas e PCNpT (Projeto Nacional de Ciclismo para Todos) e Ténis de mesa.

Índice

Nota de Apresentação	2
A - Apresentação do Projeto	
1. Introdução	
2. Esquematização do projeto e seu enquadramento	6
3. Enquadramento com o projeto educativo	7
4. O meio envolvente – os nossos alunos	8
5. Objetivos do Projeto	8
	9
B – Implementação do Projeto – 3º Ciclo do Ensino Básico	
1. Matriz curricular do 3º ciclo do ensino básico	10
1.1. Matriz curricular do 3º ciclo do ensino básico (distribuição de 45m).....	11
1.2. Matriz curricular do 3º ciclo do ensino básico (Ofertas de escola e complementar)...	12
1.3. Matriz curricular do cef - ensino básico	14
2. Ofertas a definir pela escola.....	13
2.1. Oferta de escola ET/TIC	
2.2. Oferta Complementar – Formação Cívica e Humana.....	13
2.2.1. Formação Cívica e Humana – Orientações Programáticas.....	17
3. Formações transdisciplinares	17
4. Competências gerais de final do 3º ciclo	19
5. Critérios gerais de avaliação	19
5.1. Princípios orientadores/critérios gerais	21
5.2. Instrumentos de avaliação, classificações, menções e níveis	21
5.3. Critérios específicos	22
6. Planos de Turma	25
C – Implementação do Projeto – Ensino Secundário	
1. Organização curricular do ensino secundário e Oferta Formativa de escola	26
2. Matriz dos Cursos científico-humanísticos - Geral	
2.1. Matriz dos Cursos científico-humanísticos (distribuição dos tempos/minutos).....	27
2.2. Matriz dos Cursos científico-humanísticos – (distribuições dos tempos-45m).....	28
2.2.1. Matriz dos Cursos CH – Ciências e Tecnologias.....	30
2.2.2. Matriz dos Cursos CH – Socioeconómicas.....	31
2.2.3. Matriz dos Cursos CH- Línguas e Humanidades.....	32
2.3. Matriz dos Cursos Profissionais- Matriz Curricular Geral	33
2.3.1. Matriz do CP Técnico de Informática de Gestão	34
2.3.2. Matriz do CP Técnico/a de Desporto.....	35
2.3.3. Matriz do CP Técnico de Turismo Ambiental e Rural.....	36
3. Competências essenciais/metast - ensino secundário	37
4. Critérios gerais de avaliação do ensino secundário – cursos gerais	37
4.1. Critérios gerais de avaliação/Princípios orientadores.....	
4.2. Critérios Específicos	38
4.3. Critérios Gerais de Avaliação do Ensino Profissional	40
5. Plano de trabalho de turma no ensino secundário	42

D – Implementação do Projeto no Ensino Especial	44
1 – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO ESPECIAL	
 E – Áreas que operacionalizam este projeto	
1. Áreas curriculares disciplinares – as TIC no ensino básico	45
2. Ofertas de escola – Ensino Básico	46
2.1. Oferta de escola no ensino básico.....	47
2.2. Oferta Complementar - Formação Cívica e Humana	47
3. Atividades de enriquecimento curricular	48
 F – Outras áreas de apoio à concretização deste projeto	
1. Serviços especializados de apoio educativo	50
2. Biblioteca escolar/centro de recursos	51
3. Critérios para a distribuição do serviço letivo.....	53
4. Critérios para a constituição de turmas	55
 G – Considerações Finais	
1. Avaliação do projeto curricular	56
2. Fontes documentais	56

..



A – Apresentação do Projeto

1. INTRODUÇÃO

A nova visão de currículo, pressupõe mudanças importantes no papel da Escola, visando o desenvolvimento da sua autonomia relativa, permitindo-lhe alguma intervenção ao nível do poder de decisão e de organização.

O Projeto Curricular de Escola é uma das formas de concretização dessa intervenção. Ele tem o objetivo de estabelecer as estratégias de desenvolvimento do currículo nacional, visando adequá-lo ao contexto da escola.

Assim, o Projeto Curricular de Escola está construído a partir das realidades locais, tendo por base o currículo nacional, entendido este como o conjunto de aprendizagens e competências, que integram os conhecimentos, as capacidades, as atitudes e os valores, a desenvolver pelos alunos ao longo dos ensinos básico e secundário.

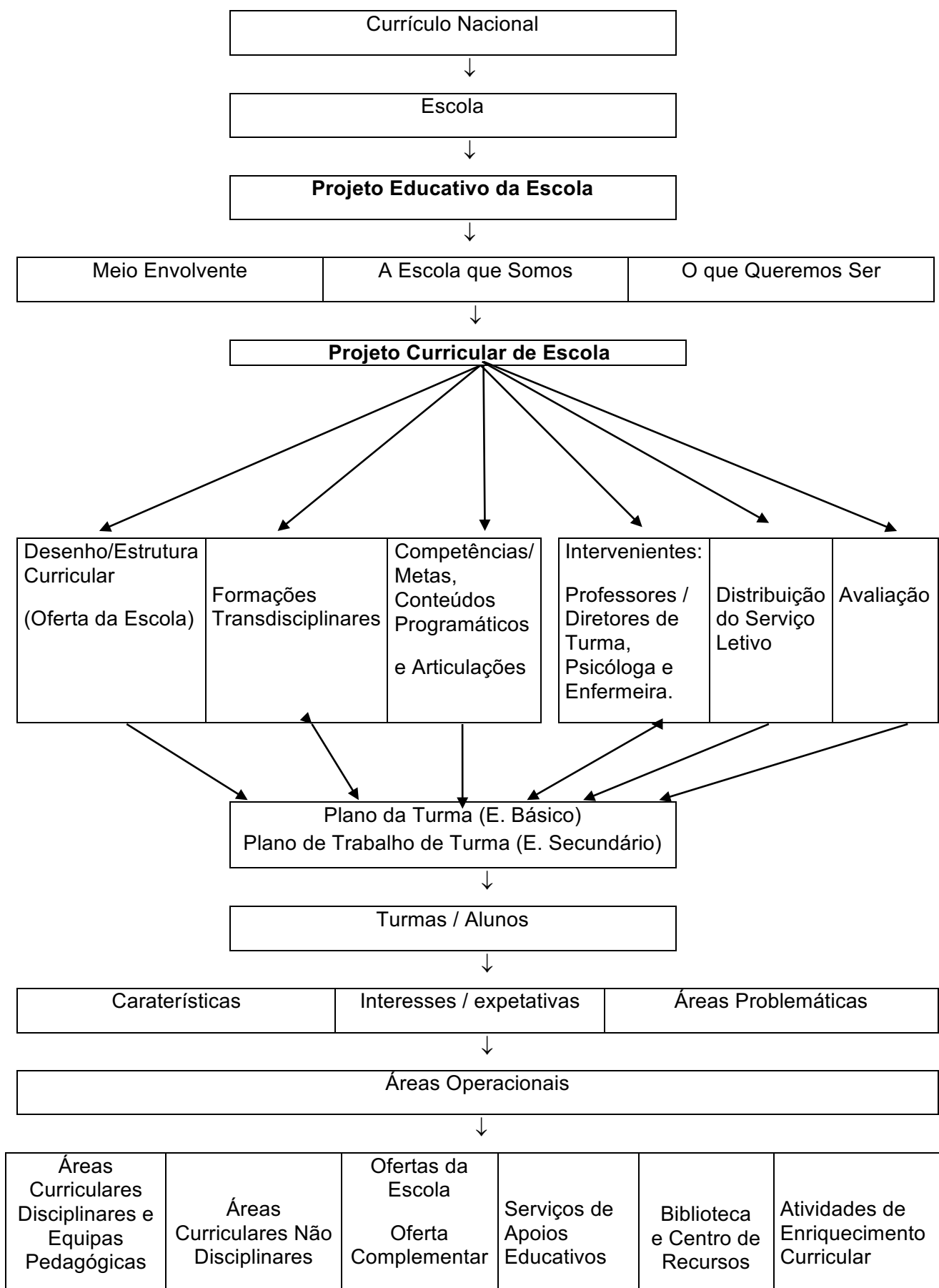
As linhas orientadoras que constituem o currículo nacional estão também subjacentes à conceção do Projeto Educativo da Escola. Por conseguinte, o Projeto Curricular de Escola é a concretização do Projeto Educativo, definindo-se em função deste e do currículo nacional.

Este Projeto Curricular de Escola específico parte, assim, da Escola que somos e do meio onde nos inserimos (realidade local), bem como da Escola que queremos ser (metas, prioridades e estratégias), definidas no nosso Projeto Educativo.

O Projeto Curricular de Escola destina-se a servir de base de trabalho à elaboração dos Planos da Turma no ensino básico, dos Planos de Trabalho de Turma do ensino secundário e das equipas pedagógicas de cada disciplina/ano. Deste modo, o Projeto Curricular de Escola contextualiza o currículo nacional ao nível da escola, tendo sempre presente, como referência e orientação, o Projeto Educativo da Escola.

Este documento define, de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de Junho e a Portaria nº 243//2012, de 10 de Agosto, os Planos de Estudo e de Desenvolvimento do Currículo, para a Escola Secundária de Barcelinhos.

2. ESQUEMATIZAÇÃO DO PROJETO E SEU ENQUADRAMENTO



3. ENQUADRAMENTO COM O PROJETO EDUCATIVO

De acordo com o Projeto Educativo da Escola, os princípios gerais (Lei de Bases do Sistema Educativo – Lei nº 46/86 de 14 de outubro) subjacentes à concretização desse mesmo projeto, assim como demais projetos, planos e regulamentos da escola, resumem-se num princípio geral que é contribuir para a formação integral – pessoal, cívica, cultural, científica, técnica e profissional – dos alunos.

Assim sendo, a atuação da escola deverá englobar o futuro exercício da cidadania plena, nos domínios pessoal, social e profissional.

Para além destes princípios gerais o Projeto Educativo contempla, também, algumas metas que constituem o seu ponto fulcral, indicando o rumo de intervenção da escola.

O Projeto Curricular de Escola define-se, assim, em função do Currículo Nacional e do Projeto Educativo da Escola, operacionalizando-os, tendo sempre como base de trabalho os princípios e as metas neles consagrados.

4. O MEIO ENVOLVENTE – OS NOSSOS ALUNOS

Barcelos é um concelho com 89 freguesias (43 aquém Cávado e 46 além Cávado), o maior de Portugal. A nossa escola situa-se no Lugar de S. Brás, na freguesia de Barcelinhos, concelho de Barcelos. É uma freguesia de traços urbanos, pois situa-se na margem sul do rio Cávado, que integra a cidade de Barcelos. No entanto, a área concelhia onde se insere é de forte tradição rural, embora com alguma presença da pequena e média indústria, sobretudo têxtil e calçado.

A nossa escola é, assim, considerada uma escola de localização semiurbana (a funcionar desde 1 de outubro de 1986) e a sua implantação veio satisfazer uma necessidade, pois é a única escola pública Secundária localizada na margem sul do rio Cávado. O número de discentes tem vindo a decrescer, **tendo no presente ano 611 alunos inscritos**, desde o sétimo até ao décimo segundo ano, com maior número de alunos no ensino secundário, que inclui ainda o ensino profissional. **Frequentam a escola, alunos com Necessidades Educativas Especiais, desde Apoio Processual, Apoio Pedagógico Personalizado e alunos com Currículo Específico Individual, (CEI).**

Em termos futuros, conforme consta no projeto educativo, esperamos poder continuar a expandir a oferta ao nível do Ensino Profissional e da Educação e Formação, diversificando a oferta de cursos e o número de vagas para este nível de ensino.



A referida tradição rural da área concelhia, onde a escola se insere, conforme atrás mencionado, marca, ainda visivelmente, o modo de ser e de estar da maioria da população escolar.

Muitos alunos revelam algumas carências socioeconómicas. Os pais são, essencialmente, operários da construção civil, da indústria têxtil, agricultores e alguns empresários. As mães são essencialmente domésticas, operárias da indústria têxtil, agricultoras e algumas empresárias.

Em termos socioculturais, a grande maioria dos pais e encarregados de educação dos alunos desta escola possui como habilitações literárias apenas o 4º, 6º ou 9º ano de escolaridade. A maioria dos alunos não tem ajuda nos trabalhos de casa.

Apesar da cidade de Barcelos ter vindo a progredir em termos de ofertas culturais, a maioria dos alunos da escola, uma vez que são essencialmente provenientes das freguesias rurais vizinhas, não tem muito o hábito de se deslocarem regularmente à cidade, principalmente com fins culturais. Não há, assim, grandes hábitos de atividades culturais. No entanto, todos os alunos têm acesso aos computadores e à internet na escola e quase todos têm computador e acesso à internet em casa, o que facilita o intercâmbio cultural e relacional, bem como a pesquisa de informação, quer escolar quer não escolar.

As estatísticas da escola demonstram que a maioria dos alunos que abandona a escola no final da escolaridade obrigatória são alunos do sexo masculino e também os alunos mais carenciados a nível económico. Embora, aqui, o número de abandono escolar seja muito reduzido.

5. OBJETIVOS DO PROJETO

De acordo com as grandes linhas orientadoras do Projeto Educativo da nossa escola, as prioridades educativas centram-se na cidadania, humanização do espaço físico da escola, combate ao insucesso escolar (Português e Matemática), desenvolvimento da criatividade e espírito científico e na abertura da escola a outras realidades, nomeadamente a interligação ao mundo laboral (Escola / Vida ativa).

No seguimento destas linhas orientadoras, torna-se primordial que o desenvolvimento do currículo imposto, bem como do currículo opcional que oferecemos, proporcione efetivamente uma formação de base perspectivada nas suas componentes essenciais:



1. aquisição de competências e saberes;

2. Aprendizagem de comportamentos, valorização de atitudes;

3. Construção de um sistema de valores.

Assim, são nossos objetivos gerais:

- Promover condutas corretas e comportamentos sociais adequados;
- Valorizar atitudes de solidariedade, respeito e tolerância;
- Promover iniciativas de exercício da cidadania;
- Desenvolver sentimentos e atitudes de respeito por si e pelo Meio;
- Melhorar o espaço físico da escola;
- Desenvolver um ambiente cooperante e solidário entre todos os intervenientes no processo educativo;
- Criar oportunidades diversificadas de aprendizagem;
- Facilitar o acesso ao saber;
- Diversificar as ofertas curriculares;
- Valorizar a língua materna como expressão da identidade pessoal e social;
- Desenvolver atividades que estimulem o espírito científico;
- Desenvolver o espírito crítico;
- Sensibilizar a comunidade escolar para atividades culturais dentro e fora da escola;
- Sensibilizar os alunos para o património natural e cultural que nos rodeia;
- Dinamizar a escola como espaço cultural diversificado;
- Estimular a criatividade;
- Promover a criação artística;
- Incrementar a capacidade de iniciativa e de intervenção no meio escolar e meio envolvente;
- Incrementar atividades de interligação com o meio;
- Possibilitar o contato com realidades extra – escolares (culturais, civilizacionais, linguísticas e laborais);
- Reforçar as formações básicas para a inserção no mercado de trabalho;
- Oferecer aos alunos um serviço de orientação vocacional e profissional (principalmente para 9º ano);
- Promover a formação contínua.

B – Implementação do Projeto no Ensino Básico

1 – MATRIZ CURRICULAR DO 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO - GERAL

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de Julho.

Componentes do currículo	Carga horária semanal (a)			
	7º Ano	8º Ano	9º Ano	Total do ciclo
ÁREAS DISCIPLINARES:				
Português	200	200	200	600
Línguas Estrangeiras Inglês Língua Estrangeira II	270	225	225	720
Ciências Humanas e Sociais História Geografia	200	200	200	600
Matemática	200	200	200	600
Ciências Físicas e Naturais Ciências Naturais Físico-Química	270	270	270	810
Expressões e Tecnologias Educação Visual TIC e Oferta de Escola (c) Educação Física	(b) 300	(b) 300	250	850
Educação Moral e Religiosa (d)	(45)	(45)	(45)	(135)
Tempo a cumprir	1530 (1575)	1485 (1530)	1485 (1530)	4500 (4635)
Oferta Complementar	(e)	(e)	(e)	(e)

(a) Carga letiva semanal em minutos, referente a tempo útil de aula, ficando ao critério de cada escola a distribuição dos tempos pelas diferentes disciplinas de cada área disciplinar, dentro dos limites estabelecidos — mínimo por área disciplinar e total por ano ou ciclo.

(b) Do total da carga, no mínimo, 90 minutos para Educação Visual.

(c) Nos termos do disposto no artigo 11.º

(d) Disciplina de frequência facultativa, nos termos do disposto no artigo 15.º, parte final, com carga fixa de 45 minutos.

(e) Frequência obrigatória para os alunos, desde que criada pela escola, em função da gestão do crédito letivo disponível, nos termos do disposto no artigo 12.º

1.1. MATRIZ CURRICULAR DO 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO

** Aplicação do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de Julho, para a ES de Barcelinhos, com uma distribuição de tempos letivos de 45 minutos, para o 3º ciclo do ensino básico.

Componentes do currículo	Carga horária semanal (a)			
	7º Ano	8º Ano	9º Ano	Total do ciclo
ÁREAS DISCIPLINARES:				
Português	5	5	5	15
Línguas Estrangeiras Inglês Língua Estrangeira II	6	5	5	16
Ciências Humanas e Sociais História Geografia	5	5	6	16
Matemática	5	5	5	15
Ciências Físicas e Naturais Ciências Naturais Físico-Química	6	6	6	18
Expressões e Tecnologias Educação Visual TIC e Oferta de Escola (c) Educação Física	(b) 4 3	(b) 4 3	3 3	11 9
Educação Moral e Religiosa (d)	(1)	(1)	(1)	(3)
Tempo a cumprir	34 (35)	33 (34)	33 (34)	100 (103)
Oferta Complementar	(e)	(e)	(e)	(e)

(a) Carga horária semanal organizada em períodos de 45 minutos, assumindo a sua distribuição por anos de escolaridade um carácter indicativo. Em situações justificadas, a escola poderá utilizar uma diferente organização da carga horária semanal dos alunos, devendo contudo respeitar os totais por área curricular e ciclo, assim como o máximo global indicado para cada ano de escolaridade.

(b) Do total da carga, no mínimo, 2 × 45 minutos para Educação Visual.

(c) Nos termos do disposto no artigo 11.º

(d) Disciplina de frequência facultativa, nos termos do artigo 15.º, parte final, com carga fixa de 1 × 45 minutos.

(e) Frequência obrigatória para os alunos, desde que criada pela escola, em função da gestão do crédito letivo disponível, nos termos do artigo 12.º.

1.2. MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO BÁSICO

** Aplicação do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de Julho, para a ES/3 de Barcelinhos, com uma distribuição de tempos letivos de 45 minutos:

*** Distribuição pelas várias componentes e pelos três anos do 3º ciclo, aprovada pela escola: Línguas estrangeiras – Ciências Humanas e Sociais – Ciências Físicas e Naturais – Expressões e Tecnologias – Oferta de escola e Oferta Complementar

Organização em 45 minutos

	7º	8º	9º	Totais	Referenc	Difer			7º	8º	9º
Português	225	225	225	675	600	75					
	5	5	5								
Línguas Estrangeiras	270	225	225	720	720	0	Línguas Estrangeiras	FRANCÊS	3	3	2
	6	5	5					INGLÊS	3	2	3
Ciências Humanas e Sociais	225	225	270	720	650	70	Ciências Humanas e Sociais	HISTÓRIA	3	2	3
	5	5	6					GEOGRAFIA	2	3	3
Matemática	225	225	225	675	600	75					
	5	5	5								
Ciências Físicas e Naturais	270	270	270	810	810	0	Ciências Físicas e Naturais	CN	3	3	3
	6	6	6					CFQ	3	3	3
Expressões e Tecnologias	315	315	270	900	810	90	Expressões e Tecnologias	ET	ET - 1	ET - 1	0
	7	7	6					TIC	TIC - 1	TIC - 1	2 (a)
EV - TIC - EF	2+2+3	3+2+3	3+0+3				EV		2	2	3
							EF		3	3	3
Totais	1530	1485	1485	4500	4190	310					
REF	1530	1485	1485				Oferta Complementar	FCH	1	1	1
DIF	0	0	0				EMRC		1	1	1

(a) TIC- 2 (2012/2013)

1.3. MATRIZ CURRICULAR DO CEF - ENSINO BÁSICO

481038 – Operador/a de Informática – Tipo T3

Publicado no Despacho n.º13456/2008, de 14 de Maio, que aprova a versão inicial do Catálogo Nacional de Qualificações.

Disciplinas			Horas de Formação
			1º Ano
Componentes de Formação	Sociocultural	Português	45
		Língua Estrangeira - Inglês	45
		Cidadania	21
		Tecnologias da Infor. da Comunicação	21
		Educação Física	30
	Científica	Físico-Química	21
		Matemática	45
		Higiene	30
	Técnica	Instalações e manutenção de computadores (IMC)	200
		Aplicações informáticas	175
		Sistemas de gestão de base	100
		Instalação e configuração	275
		Formação em Contexto de Trabalho	210
	Total		1218

2. OFERTAS A DEFINIR PELA ESCOLA

2.1- Oferta de escola – Definiu o conjunto das disciplinas: ET/TIC

2.2 - Oferta complementar – FORMAÇÃO CÍVICA E HUMANA

(decorrente da aplicação de 1 tempo de 45 minutos de crédito K x CAP e T)

2.2.1. ORIENTAÇÕES PROGRAMÁTICAS

A. INTRODUÇÃO

A disciplina de Formação Cívica e Humana (FCH), enquanto oferta formativa da escola para o 3.º ciclo do ensino básico, constitui um espaço privilegiado para o desenvolvimento da educação para uma cidadania saudável e responsável, promovendo: o diálogo e a reflexão a



partir das vivências, preocupações e necessidades educativas dos alunos; a sua participação individual e coletiva na vida da escola e da comunidade; o seu bem-estar físico e psicossocial.

As atividades a desenvolver neste domínio, num tempo letivo semanal de 45 minutos, incluirão sessões de informação/formação, através de dinâmicas ativas e participativas.

A FCH tem como objetivo central:

- Proporcionar a construção de identidade(s) e o desenvolvimento da consciência cívica dos alunos, na expectativa de que venham a ser cidadãos livres e responsáveis, com capacidade de escolhas dentro do quadro de valores fundamentais inscritos na *Carta Internacional dos Direitos Humanos*.

Não há verdadeiramente um modelo de cidadão e, por conseguinte, também não existe um modelo de educação para a cidadania e para a humanidade. Mas, apesar do pluralismo de ideias e da falta de consenso, existem entre os diversos autores algumas coincidências significativas, entre as quais se destaca a recusa de que o futuro do homem deve ser deixado ao acaso, ainda que tenhamos consciência da importância dos acasos nos percursos de vida.

B. CONCEITO DE CIDADANIA

A cidadania define a pertença a um Estado. Ela dá ao indivíduo um estatuto jurídico, ao qual se ligam direitos e deveres. Esse estatuto depende das leis próprias de cada Estado.

Nesta perspetiva, a cidadania não confere valor ou dignidade suplementar ao indivíduo, apenas sanciona uma situação de facto: a de que, ao nascer, tem-se uma nacionalidade.

A Estado é uma criação humana, cultural e instrumental. Ressalta então a ideia de que a educação para a cidadania é um bem necessário e indispensável como estimuladora da capacidade individual de análise e intervenção em função dos valores fundamentais da comunidade em que se está inserido e da organização estatal que lhe subjaz.

O conceito de cidadania é um conceito evolutivo, que tem vindo a conhecer um progressivo enriquecimento. A moderna conceção da cidadania liberal assenta na igualdade de todos os homens perante a lei. Os direitos serão, nesta conceção de cidadania, perspetivados como direitos do indivíduo em sua defesa perante a eventual prepotência do Estado.

Todos os momentos são propícios à reflexão sobre a educação para a cidadania, nas aulas e fora delas, na participação da organização da vida escolar, nos estudos, nas atividades desportivas, nos tempos livres, no convívio e nas regras que o orientam.

A cidadania exerce-se na participação, cooperação, tomada de decisão e expressão de opinião com liberdade e responsabilidade, com sentido crítico e autocrítico, devendo pois ser promovidas situações de aprendizagem que integrem as dimensões da vida pessoal e coletiva, bem como os conhecimentos fundamentais para compreender a sociedade e as instituições fundamentais.



E porque o Projeto Educativo da Escola, ao corresponder ao quadro legal da necessidade de se promover, no sentido amplo, a educação para a saúde, e no sentido mais específico, a educação sexual, deve, no âmbito da Formação Cívica e Humana, integrar-se todos os objetivos de Projeto de Educação para a Saúde e Educação Sexual, perspetivando-se a conquista de competências para a construção de um projeto de vida saudável nas vertentes física, psíquica e social.

C. PRINCÍPIOS ORIENTADORES FUNDAMENTAIS

Os conteúdos e os objetivos da Formação Cívica e Humana devem concorrer para:

- A operacionalização do projeto educativo, do projeto curricular de escola e do projeto curricular de turma;
- Ser um espaço privilegiado para a discussão e construção de regras/normas de conduta adequadas;
- Corresponder às necessidades dos alunos, nomeadamente nas vertentes da educação para a saúde e educação sexual: alimentação; atividade física, higiene e saúde oral; as dependências; violência escolar, doméstica e social; a sexualidade; entre outras.

Esta componente curricular deve assumir-se como transversal e como tal deve integrar os saberes das restantes disciplinas ou áreas, em particular os que abrem caminhos para a construção/realização do indivíduo enquanto ser pessoal e social, livre e responsável, capaz de identificar e construir as linhas essenciais do seu projeto de vida.

D. FINALIDADES A DESENVOLVER

Os princípios orientadores referidos facilitarão a promoção e desenvolvimento das seguintes finalidades:

- Desenvolver nos alunos atitudes de autoestima, respeito mútuo e regras de convivência que conduzam à formação de cidadãos livres e tolerantes, autónomos, solidários, participativos, criativos e civicamente responsáveis;
- Estimular a participação ativa dos alunos na escola e na sociedade;
- Promover momentos de reflexão sobre a vida da escola e sobre os princípios democráticos que regem o seu funcionamento;
- Proporcionar aos alunos a Educação para a Saúde e Educação Sexual, em articulação com a Unidade de Saúde Local e o envolvimento dos encarregados de educação.



E. CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

- **Dimensão política**
- **Dimensão sociocultural**
- **Educação para a Saúde**
- **Educação Sexual**

F. METODOLOGIAS

Como atrás se referiu, as atividades a desenvolver incluirão sessões de informação/formação, através de dinâmicas ativas e interativas, o que supõe a adoção de metodologias participativas, que tenha em conta o programa delineado, em articulação com as necessidades educativas dos alunos. Assim, recomenda-se o desenvolvimento do trabalho cooperativo através de técnicas diversas do trabalho em equipa, na turma-assembleia, na modalidade de oficina, devendo envolver a pesquisa individual, em pares, em pequenos e grandes grupos, a organização de eventos e a produção de materiais que expressem e valorizem as aprendizagens dos alunos.

G. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

G.1 Modalidades, instrumentos e técnicas de avaliação

Na avaliação dos alunos deve ter-se em conta as diversas modalidades comuns às restantes disciplinas e áreas: a avaliação diagnóstica, formativa e sumativa.

No início de cada área temática será feita uma avaliação diagnóstica, escrita ou oral (cabendo ao professor selecionar a dinâmica mais adequada), que fornecerá aos alunos e ao professor os indicadores acerca das capacidades e/ou competências já adquiridas pelo grupo turma e por cada aluno.

Porém, na disciplina de Formação Cívica e Humana, a avaliação assume um carácter marcadamente formativo, quanto mais não fosse pelas características específicas desta disciplina ou área curricular.

E porque ao aluno será atribuída uma menção qualitativa, resultante da quantificação, os professores deverão utilizar os instrumentos de medida ou de quantificação que melhor afirmem/confirmem os resultados efetivamente alcançados, recorrendo a grelhas de observação, a trabalhos individuais e de grupo e, eventualmente, ao designado teste sumativo ou à organização de um portfólio.

Os instrumentos e técnicas de avaliação, assim como os materiais obrigatórios (definidos em função das dinâmicas criadas em cada turma) devem ser comunicados aos alunos. Deve proceder-se à auto e heteroavaliação dos alunos.

G.2 Quadro da distribuição percentual da avaliação

Num esforço de aproximação ao rigor, deve ser utilizada a seguinte distribuição:

Componente	Domínio	Peso	Total
Trabalho em conjunto: de pares, de pequenos e grandes grupos.	▪ Funcionamento dos grupos	10	30
	▪ Qualidade dos trabalhos produzidos	10	
	▪ Apresentação pública dos trabalhos	5	
	▪ Crítica e autocrítica construtivas e apresentação de eventuais sugestões para outros trabalhos/dinâmicas	5	
Trabalho individual	▪ Empenho e persistência	5	70
	▪ Qualidade na participação dos debates	5	
	▪ Respeito pelos outros e cumprimento de regras de convivência	5	
	▪ Criatividade, iniciativa e autonomia	5	
	▪ Organização e capacidade de pesquisa	5	
	▪ Expressão oral e escrita	5	
	▪ Assiduidade e pontualidade	5	
	▪ Testes sumativos (ou portfólio)	35	
Total			100

A avaliação final é qualitativa, expressa através das menções resultantes do esforço de quantificação, conforme o seguinte quadro:

Percentagem	0 - 49	50 - 69	70 - 100
Menção	Não satisfaz	Satisfaz	Satisfaz bastante

3 – FORMAÇÕES TRANSDISCIPLINARES

Conforme consta no Art.º 6, Capítulo II, do Decreto-Lei nº 6/2001 de 18 de janeiro, constituem formações transdisciplinares, no âmbito do Ensino Básico:

- A educação para a cidadania, mencionada no esquema da estrutura curricular acima descrito;
- A valorização da língua portuguesa;
- A valorização da dimensão humana do trabalho.

Constitui ainda formação transdisciplinar de carácter instrumental:



- A utilização das tecnologias da informação e comunicação, a qual deverá conduzir, no âmbito da escolaridade obrigatória, a uma certificação da aquisição das competências básicas neste domínio.

As referidas formações transdisciplinares têm como fonte de inspiração os princípios, metas e objetivos definidos no Projeto Educativo.

4 – COMPETÊNCIAS GERAIS DE FINAL DO 3º CICLO

A clarificação das competências a alcançar no final da educação básica toma como referentes os pressupostos da Lei de Bases do Sistema Educativo, sustentando-se num conjunto de valores e de princípios e que são os seguintes:

- A construção e a tomada de consciência da identidade pessoal e social;
- A participação na vida cívica de forma livre, responsável, solidária e crítica;
- O respeito e a valorização da diversidade dos indivíduos e dos grupos quanto às suas pertenças e opções;
- A valorização de diferentes formas de conhecimento, comunicação e expressão;
- O desenvolvimento do sentido de apreciação estética do mundo;
- O desenvolvimento da curiosidade intelectual, do gosto pelo saber, pelo trabalho e pelo estudo;
- A construção de uma consciência ecológica conducente à valorização e preservação do património natural e cultural;
- A valorização das dimensões relacionais da aprendizagem e dos princípios éticos que regulam o relacionamento com o saber e com os outros.

Equacionam-se, à luz destes princípios, as competências concebidas como saberes experienciais necessários à qualidade da vida pessoal e social dos futuros cidadãos, a promover gradualmente ao longo da Educação Básica.

Competências Gerais:

À saída da educação básica, o aluno deverá ser capaz de:

- Mobilizar saberes culturais, científicos e tecnológicos para compreender a realidade e para abordar situações e problemas do quotidiano;
- Usar adequadamente linguagens de diferentes áreas do saber cultural, científico e tecnológico para se expressar;



- Usar corretamente a língua portuguesa para comunicar de forma adequada e para estruturar pensamento próprio;
- Usar línguas estrangeiras para comunicar adequadamente em situações do quotidiano e para apropriação de informação;
- Adotar metodologias personalizadas de trabalho e de aprendizagem adequadas a objetivos visados;
- Pesquisar, selecionar e organizar informação para a transformar em conhecimento mobilizável;
- Adotar estratégias adequadas à resolução de problemas e à tomada de decisões;
- Realizar atividades de forma autónoma, responsável e criativa;
- Cooperar com outros em tarefas e projetos comuns;
- Relacionar harmoniosamente o corpo com o espaço, numa perspetiva pessoal e interpessoal promotora da saúde e da qualidade de vida.

O desenvolvimento destas competências pressupõe o envolvimento de todas as áreas curriculares. Assim, clarifica-se para cada uma destas competências gerais a sua operacionalização que terá um carácter transversal. Compete às diferentes áreas curriculares e seus docentes explicitar de que modo essa operacionalização transversal se concretiza e se desenvolve em cada campo específico do saber e para cada contexto de aprendizagem do aluno.

Para além das competências gerais, há ainda que ter em devida conta as competências essenciais, articuladas com os conteúdos das disciplinas e áreas não curriculares e respetivas articulações inter e transdisciplinares.

5 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO BÁSICO

De acordo com as normas legais e os critérios aprovados em Conselho Pedagógico, considera-se que:

A avaliação dos alunos tem um carácter contínuo, sistemático e global. Utiliza diversas modalidades e instrumentos na busca permanente de melhorar o processo de ensino-aprendizagem e de classificar com rigor e justiça. Reconhece e reflete todas as vertentes de aprendizagem – a cognição, mas também a sociabilidade... Em síntese, a Avaliação, componente central da Educação, encara os sujeitos no seu crescimento físico, intelectual, psicológico e moral, na consideração que tem por cada aluno como



um ser humano autêntico e complexo, dotado de uma identidade e potencialidade próprias.

É praticamente impossível ao professor avaliar todas as aprendizagens, por isso se reconhece a importância do diálogo e da autoavaliação. Mais recentemente, reconhece-se a pertinência da intervenção dos pais e encarregados de educação no processo de avaliação dos seus educandos, enquanto alunos do Ensino Básico.

Ainda de acordo com os critérios definidos em Conselho Pedagógico considera-se o seguinte:

5.1. PRINCÍPIOS ORIENTADORES/CRITÉRIOS GERAIS ENSINO REGULAR

- 1 – A avaliação contempla as modalidades: diagnóstica, formativa e sumativa.
- 2 - Os critérios específicos de avaliação são definidos e apresentados aos alunos em termos de disciplina e ano, devendo incluir a relação de material obrigatório que o aluno deve ter na sala de aula.
- 3 - Os critérios de avaliação são divulgados:
 - 3.1 – Aos alunos e encarregados de educação pelo diretor de turma em colaboração com a Direção Executiva;
 - 3.2 – Pelo professor de cada disciplina na sua turma que explicitará cada um dos critérios.
- 4 – Os critérios de avaliação devem contemplar de forma clara a avaliação no domínio das competências transversais (assiduidade, comportamento, empenho, língua portuguesa, etc) e no domínio de todas as competências específicas do currículo de cada disciplina ao nível do processo de ensino-aprendizagem.

Em todas as disciplinas – quer as que usam quer as que não usam os pesos explícitos – deve ser claro o que é avaliado num e noutros domínios para efeitos de avaliação sumativa.
- 5 – Relativamente aos testes deve observar-se o seguinte:
 - 5.1 – O número de testes e outros instrumentos de avaliação deve ser claro, em cada disciplina;
 - 5.2 – O enunciado do teste deve conter as cotações atribuídas a cada questão;
 - 5.3 – A classificação quantitativa tem de ser registada no teste questão a questão e no total a colocar no cabeçalho do mesmo;
 - 5.4 – Os testes têm de ser corrigidos e entregues no período a que dizem respeito;
 - 5.5 – Deve ser comunicada ao aluno a informação teste: dia, hora, duração efetiva, competências, conteúdos e estrutura do teste;
 - 5.6 – Deve fazer-se a correção integral do teste na aula;

5.7 – Nas disciplinas de exame os testes devem incluir questões com tipologia e critérios de classificação idênticos aos de exame nacional;

5.8 – As tabelas de classificação a aplicar na Escola são as seguintes:

CLASSIFICAÇÕES	MENÇÕES	NÍVEL
0-19	Reduzido	1
20-49	Não Satisfaz	2
50-69	Satisfaz	3
70-89	Satisfaz Bastante	4
90-100	Excelente	5

5.9 – Os alunos devem realizar apenas um teste por dia e três, excecionalmente quatro, por semana;

5.10 – Sempre que qualquer trabalho previsto para efeitos de avaliação sumativa (relatórios, portefólios, trabalho de pesquisa, de projeto, etc.) seja aplicado, deve seguir-se o mesmo procedimento de um teste;

6- Avaliação da componente de domínio não cognitivo.

6.1- Designação desta componente de avaliação: Competências Socio-afetivas

6.2- Pesos das competências socio-afetivas relativos a cada nível de ensino:

Nível de ensino	Competências Socio-afetivas
Ensino básico regular	25%
Disciplinas de carácter prático do E. básico regular	30%

7 – Avaliação final de cada período e ano deve:

7.1 – refletir claramente a aplicação de todos os critérios de avaliação da disciplina;

7.2 – ser contínua.

8 – Devem ser previstos e proporcionados aos alunos momentos de autoavaliação, por escrito, em cada uma das disciplinas.

9 – De todos os momentos de avaliação e aplicação de instrumentos de avaliação, o professor deve utilizar registos estruturados de recolha de informação sobre as competências, aprendizagens, atitudes e valores atingidos.

5.2 PRINCÍPIOS ORIENTADORES/CRITÉRIOS GERAIS PARA O CEF

1 – Os critérios de avaliação contemplam todas as modalidades de avaliação: diagnóstica, formativa e sumativa, bem como a auto e heteroavaliação.

2 – Os critérios de avaliação são definidos e apresentados aos alunos em termos de disciplina e de módulos, devendo incluir a relação de material obrigatório que o aluno deve ter na sala de aula.

3 – Os critérios de avaliação são divulgados:

3.1 – Aos alunos e encarregados de educação pelo Diretor de Turma, em colaboração com o Diretor de Curso e Direção Executiva.



3.2 – Pelo professor de cada disciplina explicitando os critérios específicos de cada módulo.

4 – Os critérios de avaliação devem contemplar de forma clara:

- a) a avaliação **no domínio das competências socio-afetivas**: comportamento, empenho, assiduidade e pontualidade, disciplina, material na sala de aula, etc.;
- b) **no domínio cognitivo** - as competências específicas do currículo de cada disciplina e de cada módulo, ao nível do processo de ensino-aprendizagem;
- c) a valorização do mérito, valor e excelência.

4.1.- As competências a avaliar no domínio não cognitivo têm a designação geral de competências socio-afetivas, e têm no Curso de Educação e Formação (CEF) **o peso de 40% na avaliação final do módulo**.

4.2 – Relativamente aos instrumentos de avaliação do domínio cognitivo, **cujo peso é de 60% na avaliação final do módulo**, deve observar-se o seguinte:

4.2.1 – O número de testes e outros instrumentos de avaliação deve ser claro, em cada módulo.

4.2.2 – O enunciado do teste deve conter as cotações a atribuir em cada uma das questões.

4.2.3 – A classificação a registar nos diversos instrumentos de avaliação sumativa (testes, trabalhos, fichas, grelhas de observação) é quantitativa, quer a classificação total quer a classificação questão a questão.

4.2.4 – Os testes ou trabalhos têm de ser corrigidos e entregues dentro do período de avaliação do respetivo módulo a que dizem respeito.

4.2.5 – Tem de ser comunicada ao aluno a informação teste ou trabalho: dia, hora, duração efetiva, competências, conteúdos e estrutura.

4.2.6 – Tem de fazer-se a correção integral do teste ou trabalho na aula.

4.2.7 – A tabela de classificação a aplicar na Escola para todos os instrumentos de avaliação sumativa do ensino profissional é de **0 a 5 valores**.

4.2.8 – Os alunos devem realizar apenas uma atividade avaliativa (teste, apresentação/entrega de trabalho, trabalho/atividade prática) por dia e três, excecionalmente quatro, por semana.

4.2.9 – Sempre que qualquer trabalho previsto para efeitos de avaliação sumativa (relatórios, portefólios, trabalho de pesquisa, de projeto, oralidade, leitura, etc.) seja aplicado, segue-se o mesmo procedimento de um teste. (Pontos 4.2.2 a 4.2.8)

4.2.10 – Os alunos devem consultar o seu teste ou trabalho, verificar as respostas dadas, confrontando-as com a correção, e conferir as classificações atribuídas em cada questão, devolvendo o teste/trabalho de avaliação ao professor com a indicação «tomei conhecimento da classificação obtida», a data e assinatura do ato.

4.2.10.1 – No caso das apresentações orais ou de outros tipos de trabalho de avaliação cujo registo da avaliação é feito por meio de grelhas específicas, o aluno toma conhecimento da classificação obtida, rubricando, em espaço próprio, a respetiva grelha.

5 – Avaliação final em cada módulo deve refletir claramente a aplicação de todos os critérios de avaliação para o módulo e ser registada em grelha própria para o efeito, a arquivar no dossiê da disciplina.



6 – Têm de ser previstos e proporcionados aos alunos momentos de autoavaliação, por escrito, no final de cada um dos módulos.

7 – De todos os momentos de avaliação e aplicação de instrumentos de avaliação, o professor utiliza registos estruturados de recolha de informação sobre as competências, aprendizagens, atitudes e valores atingidos.

8 – A avaliação da Formação em Contexto de Trabalho (FCT) é concretizada de acordo com os parâmetros de avaliação definidos no Regulamento específico de FCT e divulgados obrigatoriamente pelo professor orientador no início do processo de FCT.

9 – A avaliação da Prova de Avaliação Final (PAF) é concretizada de acordo com os parâmetros de avaliação definidos no regulamento específico da PAF e divulgados obrigatoriamente pelo professor orientador no início do ano letivo.

5.3 INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO, CLASSIFICAÇÕES, MENÇÕES E NÍVEIS

Todo o processo de avaliação do Ensino Básico rumo no sentido de conduzir todos os alunos ao sucesso escolar e educativo, daí a importância acrescida, neste nível de ensino, da avaliação diagnóstica e formativa, devendo operacionalizar-se através de diversos modos e instrumentos:

- Realização de fichas ou outras atividades formativas;
- Realização de trabalhos individuais e de grupo;
- Elaboração de pequenos relatórios e trabalhos de casa;
- Participação correta e empenho demonstrado no decurso das atividades letivas ou equivalentes;
- Interações positivas nos grupos de trabalho e no grupo-turma;
- Assiduidade e pontualidade;
- Evolução no desempenho da expressão escrita e oral da língua portuguesa;
- Evolução no manuseamento de novas tecnologias da informação e comunicação;
- Desempenho dos alunos no desenvolvimento de outros projetos;
- Apresentação e organização do material indispensável;
- Autonomia;
- Demonstração de empenho na realização das atividades e trabalhos relativos à Formação Cívica.

5.4. CRITÉRIOS ESPECÍFICOS

Os critérios específicos de avaliação de cada disciplina foram definidos a nível de subdepartamento da área disciplinar e nível de ensino e são divulgados aos alunos pelos respetivos docentes.



6 – PLANOS DE TURMA NO ENSINO BÁSICO

Os Planos de Turma deverão, de igual modo, basear-se no Projeto Curricular de Escola e destinam-se a operacionalizá-los de acordo com as características específicas de cada turma. Assim, sugere-se a seguinte organização para a elaboração dos Planos de Turma:

1. Apresentação da turma

- 1.1 Fotografias dos alunos
- 1.2 Relação dos Alunos
- 1.3 Mail da turma
- 1.4 Delegado e subdelegado de turma
- 1.5 Representantes dos pais
- 1.6 Relação de Disciplinas / Professores

2. Caracterização da turma

- 2.1 Constituição e composição
- 2.2 Caracterização socioeconómica
- 2.3 Caracterização sociocultural
- 2.4 Expectativas / Motivações e Interesses

3. Diagnóstico da Turma / Identificação de Problemas

- 3.1. Aproveitamento global da turma / Alunos com retenções anteriores / Alunos que revelam atraso na aquisição das competências essenciais / Alunos a repetirem a frequência do 7º ano / Alunos de Quadro de Excelência.
 - 3.2. Dificuldades a nível da expressão e compreensão oral e escrita, das línguas estrangeira e do cálculo básico.
 - 3.3. Comportamento global da turma
 - 3.4. Assiduidade
 - 3.5. Análise dos dados antropométricos
- 4. Definição de Prioridades
 - 5. Estratégia Educativa Global a Privilegiar nas Diferentes Áreas Curriculares segundo as prioridades definidas
 - 6. Atividades diversificadas a desenvolver na turma
 - 7. Adaptações curriculares
 - 8. Aulas previstas
 - 9. Planificação de Formação Cívica e Humana
 - 10. Articulações Interdisciplinares
 - 11. Medidas de Apoio Educativo
 - 12. Domínios de Aprendizagem Gerais desenvolver nos alunos
 - 13. Domínios de Aprendizagem Transversais a Privilegiar na Turma
 - 14. Instrumentos de Avaliação a Utilizar
 - 15. Contactos com os Encarregados de Educação
 - 16. Calendarização da Avaliação Periódica do Desenvolvimento do Plano da Turma

C – Implementação do Projeto no Ensino Secundário

1 – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO SECUNDÁRIO E OFERTA FORMATIVA DA ESCOLA

O acesso ao Ensino Secundário é condicionado à obtenção do diploma do Ensino Básico ou equivalente. Tem a duração de 3 anos (10.º, 11.º e 12.º anos).

De acordo com as suas finalidades, este nível de ensino procura aprofundar a formação adquirida no ensino básico e, simultaneamente, preparar os jovens quer para o prosseguimento de estudos, quer para a transição para a vida ativa.

O Ensino Secundário é constituído por dois tipos de cursos: os de carácter geral e os profissionais, de acordo com a oferta formativa da escola.

OFERTA EDUCATIVA E FORMATIVA PROPOSTA PARA 2012/2013

1.1. Cursos Científico-Humanísticos

Designação do Curso	Certificação	Condições de Acesso
<ul style="list-style-type: none">• Ciências e Tecnologias• Ciências Socioeconómicas• Línguas e Humanidades	CERTIFICADO DE ENSINO SECUNDÁRIO	9º Ano (c/ Exames Nacionais)

1.2. Cursos Profissionais - Vocacionados para a Vida Ativa

Designação do Curso	Certificação	Condições de Acesso
<ul style="list-style-type: none">• Animador Sociocultural• Técnico de Apoio à Gestão desportiva• Técnico de Contabilidade• Técnico de Secretariado• Técnico de Turismo Ambiental e Rural	CERTIFICADO DE ENSINO SECUNDÁRIO Certificado de qualificação profissional de nível IV U.E.	9º Ano (c/ ou s/ Exames Nacionais)

2 – MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO SECUNDÁRIO - Geral

**Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de Julho.

2.1. Cursos Científico-Humanísticos

Componentes de formação	Carga horária semanal (a)		
	10º Ano	11º Ano	12º Ano
GERAL:			
Português	180	180	200
Língua Estrangeira I, II ou III (b)	150	150	---
Filosofia	150	150	---
Educação Física	150	150	150
ESPECÍFICA:			
Trienal	250	250	270
Opções (c):			
Bienal 1	270 ou 315	270 ou 315	---
Bienal 2	270 ou 315	270 ou 315	---
Opções (d):			
Anual 1	---	---	150
Opções (e):	---	---	150
Anual 2 (f)			
Educação Moral e Religiosa (g)	(90)	(90)	(90)
Tempo a cumprir (h)	1530 a 1620 (1620 a 1710)	1530 a 1620 (1620 a 1710)	1035 (1125)

(a) Carga letiva semanal em minutos, referente a tempo útil de aula, ficando ao critério de cada escola a distribuição dos tempos pelas diferentes disciplinas, dentro dos limites estabelecidos — mínimo por disciplina e total por ano.

(b) O aluno escolhe uma língua estrangeira. Se tiver estudado apenas uma língua estrangeira no ensino básico, iniciará obrigatoriamente uma segunda língua no ensino secundário. No caso de o aluno iniciar uma língua, tomando em conta as disponibilidades da escola, poderá cumulativamente dar continuidade à Língua Estrangeira I como disciplina facultativa, com aceitação expressa do acréscimo de carga horária.

(c) O aluno escolhe duas disciplinas bienais.

(d) (e) O aluno escolhe duas disciplinas anuais, sendo uma delas obrigatoriamente do conjunto de opções (d).

(f) Oferta dependente do projeto educativo da escola — conjunto de disciplinas comum a todos os cursos.

(g) Disciplina de frequência facultativa, nos termos do artigo 19.º, com carga fixa de 90 minutos.

(h) Carga máxima em função das opções dos diversos cursos

2.2 - Matriz Curricular – Cursos Científico-Humanísticos

*** Aplicação do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de Julho, para a ES/3 de Barcelinhos, com uma distribuição de tempos letivos de 45 minutos, para o ensino secundário.*

Componentes de formação	Disciplinas	Carga horária semanal (x 45min)		
		10º	11º	12º
Geral	Português	4	4	5
	Filosofia	4	4	---
	Língua Estrangeira I ou II	4	4	---
	Educação Física	4	4	4

Específica	Ciências e Tecnologias	Matemática A	6	6	6
		Física e Química A	7	7	
		Biologia e Geologia			
		Desenho e Geometria Descritiva A			
		Física, Química, Biologia, Geologia, Psicologia B (12º Ano)	---	---	4

Específica	Ciências Socioeconómicas	Matemática A	6	6	6
		Economia A	6	6	
		Geografia A			
		História B			
		Economia C ou Geografia C ou Sociologia ou Filosofia A Psicologia B ou Direito	---	---	4

Específica	Línguas e humanidades	História A	6	6	6
		Matemática Aplicada às Ciências Sociais, Geografia A	6	6	---
		Latim			
		Literatura Portuguesa			
		Língua Estrangeira I, II, III			
		Geografia C, Filosofia A, Sociologia, Psicologia B, Direito	---	---	4

Educação Moral e Religiosa (frequência facultativa)	2	2	2
--	----------	----------	----------

- (a) Carga horária semanal organizada em períodos de 45 minutos, assumindo a sua distribuição por anos de escolaridade um caráter indicativo. Em situações justificadas, a escola poderá utilizar uma diferente organização da carga horária semanal dos alunos, devendo contudo respeitar os totais por área curricular e ciclo, assim como o máximo global indicado para cada ano de escolaridade.
- (b) O aluno escolhe uma língua estrangeira. Se tiver estudado apenas uma língua estrangeira no ensino básico, iniciará obrigatoriamente uma segunda língua no ensino secundário. No caso de o aluno iniciar uma língua, tomando em conta as disponibilidades da escola, poderá cumulativamente dar continuidade à Língua Estrangeira I como disciplina facultativa, com aceitação expressa do acréscimo de carga horária.
- (c) O aluno escolhe duas disciplinas bienais.
- (d) (e) O aluno escolhe duas disciplinas anuais, sendo uma delas obrigatoriamente do conjunto de opções (d).
- (f) Oferta dependente do projeto educativo da escola — conjunto de disciplinas comum a todos os cursos.
- (g) Disciplina de frequência facultativa, nos termos do artigo 19.º, com carga fixa de 2 x 45 minutos.
- (h) Carga máxima em função das opções dos diversos cursos.

MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO SECUNDÁRIO

2.2.1. Curso Científico-humanístico de Ciências e Tecnologias

*** Distribuição pelas várias componentes e pelos três anos do ensino secundário, aprovada pela escola:
Línguas estrangeiras – Trienal – Bienal – Anual.

Organização em 45 minutos

		10º	11º	12º		totais	Referenc	Difer		10º	11º	12º
Geral	Português	180	180	225		585	560	25				
		4	4	5								
	Línguas Estrangeiras	180	180			360	300	60	FRANCÊS INGLÊS	0	0	0
		4	4							4	4	4
	Filosofia	180	180			360	300	60				
		4	4									
	Educação Física	180	180	180		540	450	90				
		4	4	4								
Específicas	Trienal	270	270	270		810	770	40	MAT	270	270	270
		6	6	6						6	6	6
	Bienal	270	270			540	540	0	FQA	270	270	
		6 ou 7	6 ou 7							7	7	
	Bienal	270	270			540	540	0	BG	270	270	
		6 ou 7	6 ou 7							7	7	
	Anual			180		180	150	30	Anual*			180
				4								4
	Anual			180		180	150	30	Anual*			180
				4								4
	Totais	1530	1530	1035		4095	3760	335	*Psicologia/Biologia *Biologia/Química *Física/Química			
	REF	1530	1530	1035								
	Dif	0	0	0								

MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO SECUNDÁRIO

2.2.2. Curso Científico-humanístico de Ciências Socioeconómicas

*** Distribuição pelas várias componentes e pelos três anos do ensino secundário, aprovada pela escola: Línguas Estrangeiras – Trienal – Bienal – Anual.

Organização em 45 minutos

		10º	11º	12º		totais	Referenc.	Difer.					
Geral	Português	180	180	225		585	560	25					
		4	4	5									
	Línguas Estrangeiras	180	180			360	300	60	FRANCÊS	0	0	0	
		4	4			INGLÊS	4	4	4				
	Filosofia	180	180			360	300	60					
		4	4										
	Educação Física	180	180	180		540	450	90					
		4	4	4									
	Específicas	Trienal	270	270		270	810	770	40	MAT	270	270	270
			6	6		6	6	6	6				
Bienal		270	270		540	540	0	ECO	270	270			
		6	6		6	6							
Bienal		270	270		540	540	0	GGF	270	270			
		6	6		6	6							
Anual				180		180	150	30	Geografia*		180		
				4		4							
Anual				180		180	150	30	Economia*		180		
				4		4							
Totais		1530	1530	1035	4095	3760	335	*Geografia/Economia					
REF		1530	1530	1035									
Dif		0	0	0									

MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO SECUNDÁRIO

2.2.3. Curso Científico-humanístico de Línguas e Humanidades

*** Distribuição pelas várias componentes e pelos três anos do ensino secundário, aprovada pela escola: Línguas Estrangeiras – Trienal – Bienal – Anual.

Organização em 45 minutos

		10º	11º	12º		totais	Referenc.	Difer.			
		10º	11º	12º					10º	11º	12º
Geral	Português	180 4	180 4	225 5		585	560	25			
	Línguas Estrangeiras	180 4	180 4			360	300	60			
	Filosofia	180 4	180 4			360	300	60			
	Educação Física	180 4	180 4	180 4		540	450	90			
Específicas	Trienal	270 6	270 6	270 6		810	770	40			
	Bienal	270 6	270 6			540	540	0			
	Bienal	270 6	270 6			540	540	0			
	Anual			180 4		180	150	30			
	Anual			180 4		180	150	30			
Totais		1530	1530	1035		4095	3760	335			
REF		1530	1530	1035							
Dif		0	0	0							

2.3. Cursos Profissionais

Componentes de formação	Total de horas (a) (ciclo de formação)
SOCIOCULTURAL:	
Português	320
Língua Estrangeira I, II ou III (b)	220
Área de integração	220
Tecnologias de Informação e Comunicação	100
Educação Física	100
CIENTÍFICA:	
Duas a três disciplinas (c)	500
TÉCNICA:	
Três a quatro disciplinas (d)	1180
Formação em contexto de trabalho (e)	420
Total	3100

- a) Carga horária não compartimentada pelos três anos do ciclo de formação a gerir pela escola, no âmbito da sua autonomia pedagógica, acautelando o equilíbrio da carga anual de forma a otimizar a gestão modular e a formação em contexto de trabalho.
- (b) O aluno escolhe uma língua estrangeira. Se tiver estudado apenas uma língua estrangeira no ensino básico, iniciará obrigatoriamente uma segunda língua no ensino secundário.
- (c) Disciplinas científicas de base a fixar em regulamentação própria, em função das qualificações profissionais a adquirir.
- (d) Disciplinas de natureza tecnológica, técnica e prática estruturantes da qualificação profissional visada.
- (e) A formação em contexto de trabalho visa a aquisição e o desenvolvimento de competências técnicas, relacionais e organizacionais relevantes para a qualificação profissional a adquirir e será objeto de regulamentação própria.

2.3.1. Curso Profissional de Técnico de Informática de Gestão

Matriz curricular

Disciplinas			Horas de Formação			
			1º Ano	2º Ano	3º Ano	Total
Componentes de Formação	Sociocultural	Português	100	100	120	320
		Língua Estrangeira - Inglês	72	72	76	220
		Área de Integração	76	94	50	220
		Tecnologias da Informação da Comunicação	100	-	-	100
		Educação Física	50	50	40	140
	Científica	Matemática	100	100	100	300
		Economia	100	100	-	200
	Técnica	Linguagens de Programação	162	120	153	435
		Organização Empresas e Aplicações de Gestão	97	70	100	267
		Sistemas de Informação	77	51	108	236
		Aplicações Informáticas e Sistemas de Exploração	112	50		162
		Formação em Contexto de Trabalho		300	300	600
	Total		1046	1107	1047	3200

2.3.2. Curso Técnico de Desporto¹

Entrada em Vigor em 29 maio de 2016

Matriz curricular

Disciplinas			Horas de Formação			
			1º Ano	2º Ano	3º Ano	Total
Componentes de Formação	Sociocultural	Português	100	100	120	320
		Língua Estrangeira - Inglês	72	72	76	220
		Área de Integração	76	94	50	220
		Tecnologias da Informação da Comunicação	100	-	-	100
		Educação Física	50	50	40	140
	Científica	Estudo em Movimento	140	60	-	200
		Matemática	100	100	-	200
		Psicologia	100	-	-	100
	Técnica	Organização e Desenvolvimento do Desporto (Animação e lazer)	150	100	125	375
		Desportos Individuais e Coletivos	125	50	150	325
		Desportos de Academia	100	100	150	350
		Desportos de Natureza	-	75	75	150
		Formação em Contexto de Trabalho	-	300	300	600
	Total		1113	1101	1086	3300

¹ **Perfil de desempenho à saída do curso:** o Monitor de Atividades Desportivas será o profissional qualificado, apto a intervir no processo de ensino/aprendizagem nas modalidades específicas da sua formação – nas vertentes do treino desportivo e da condição física – bem como na estruturação, organização e dinamização de atividades de ocupação de tempos livres, animação e lazer, tendo as atividades físicas e desportivas como essência.

2.3.3. Curso Profissional de Técnico de Turismo Ambiental e Rural²

Matriz curricular

Disciplinas			Horas de Formação			
			1º Ano	2º Ano	3º Ano	Total
Componentes de Formação	Sociocultural	Português	100	100	120	320
		Língua Estrangeira - Inglês	72	72	76	220
		Área de Integração	76	94	50	220
		Tecnologias da Informação da Comunicação	100	-	-	100
		Educação Física	50	50	40	140
	Científica	Geografia	100	100	-	200
		História da Cultura e das Artes	70	70	60	200
		Matemática	50	50	-	100
	Técnica	Ambiente e Desenvolvimento Rural	125	50	125	300
		Turismo e Técnicas de Gestão	200	125	225	550
		Técnicas de Acolhimento e Animação	100	50	100	250
		Comunicar em Francês, Espanhol, Alemão ou Inglês	50	50	-	100
		Formação em Contexto de Trabalho	-	300	300	600
	Total		1093	1111	1096	3300

² **Perfil de desempenho à saída do curso:** o Técnico de Turismo Ambiental e Rural deve adquirir as competências técnicas e tecnológicas no âmbito do turismo rural e, em simultâneo, encontrar um espaço para o desenvolvimento e realização pessoais.

Saída profissional: enquadra-se nas seguintes áreas: Gestão de Unidades de Turismo em Espaço Rural; Departamentos Socioculturais das Câmaras Municipais / Regiões de Turismo / Postos de Turismo; Associações de Desenvolvimento Regional / Património Cultural; Atendimento nos Serviços de Turismo, Agências de Viagens e outras Empresas; Parques de Campismo / Pousadas da Juventude / Parques Naturais / Marinas; Animação Desportiva / Centros Equestres, Golfe, Caça e Pesca.



3 – COMPETÊNCIAS ESSENCIAS – ENSINO SECUNDÁRIO

Tendo em linha de conta as finalidades, os objetivos e as competências previstos nos programas das diversas disciplinas do Ensino Secundário, privilegiam-se as seguintes competências:

- a) aquisição de saberes específicos, pela caracterização de aspetos relevantes e pela utilização de conceitos e vocabulários nos contextos apropriados;
- b) mobilização dos saberes na aplicação a novas situações, nomeadamente na resolução de problemas e na fundamentação das opiniões;
- c) domínio de metodologias de investigação, pela formulação de hipóteses e pesquisa, bem como organização de informação relevante de diversos tipos e de diversas proveniências;
- d) elaboração de trabalhos sobre assuntos estudados, com correção linguística e também com recurso à Tecnologias de Informação e Comunicação;
- e) interpretação e análise de materiais/documentos diversificados;
- f) responsabilidade e cooperação e, em trabalhos de grupo, empenho, cumprimento de regras, respeito, colaboração e solidariedade;
- g) avaliação e reflexão crítica sobre os problemas que afetam o mundo atual, com espírito de abertura e tomada de posições éticas;
- h) outras competências que, no âmbito das diferentes disciplinas, assumam caráter relevante.



4. CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO PARA O ENSINO SECUNDÁRIO

4.1. PRINCÍPIOS ORIENTADORES / CRITÉRIOS GERAIS DO ENSINO SECUNDÁRIO - CURSOS DO ENSINO REGULAR³

O Conselho Pedagógico aprovou os seguintes Princípios Orientadores / Critérios Gerais de Avaliação dos Alunos dos Cursos do Ensino Secundário: Ensino Regular.

Para além dos critérios gerais, os alunos serão ainda avaliados segundo os critérios específicos das diferentes disciplinas e áreas, devidamente aprovados pelo Conselho Pedagógico.

1 – A avaliação contempla as modalidades: diagnóstica, formativa e sumativa.

2 - Os critérios específicos de avaliação são definidos e apresentados aos alunos em termos de disciplina e ano, devendo incluir a relação de material obrigatório que o aluno deve ter na sala de aula.

3 - Os critérios de avaliação são divulgados:

3.1 – aos alunos e encarregados de educação pelo diretor de turma em colaboração com a Direção Executiva;

3.2 – pelo professor de cada disciplina na sua turma que explicitará cada um dos critérios.

4 – Os critérios de avaliação devem contemplar de forma clara a avaliação no domínio das competências transversais (assiduidade, comportamento, empenho, língua portuguesa, etc) e no domínio de todas as competências específicas do currículo de cada disciplina ao nível do processo de ensino-aprendizagem.

Em todas as disciplinas – quer as que usam quer as que não usam os pesos explícitos – deve ser claro o que é avaliado num e noutros domínios para efeitos de avaliação sumativa.

5 – Relativamente aos testes deve observar-se o seguinte:

5.1 – o número de testes e outros instrumentos de avaliação deve ser claro, em cada disciplina;

³ Os cursos profissionais funcionam segundo uma lógica modular, tendo também a particularidade de parte da formação ser feita em contexto de trabalho (cf. estrutura dos cursos). Os momentos de avaliação são relativamente diferentes dos do ensino geral devido à referida lógica modular. Os critérios de avaliação são definidos para cada disciplina e área no início do ano letivo e contemplam, obrigatoriamente, a auto e heteroavaliação, assim como um conjunto de parâmetros previstos na legislação. A avaliação interna contempla, além da avaliação modular, a avaliação da Formação em Contexto de Trabalho e a Prova de Aptidão Profissional.



5.2 – o enunciado do teste deve conter as cotações atribuídas a cada questão;

5.3 – a classificação quantitativa tem de ser registada no teste questão a questão e no total a colocar no cabeçalho do mesmo;

5.4 – os testes têm de ser corrigidos e entregues no período a que dizem respeito;

5.5 – deve ser comunicada ao aluno a informação teste: dia, hora, duração efetiva, competências, conteúdos e estrutura do teste;

5.6 – deve fazer-se a correção integral do teste na aula;

5.7 – nas disciplinas de exame os testes devem incluir questões com tipologia e critérios de classificação idênticos aos de exame nacional;

5.8 – escala de 0 a 20 valores

5.9 – os alunos devem realizar apenas um teste por dia e três, excecionalmente quatro, por semana;

5.10 – sempre que qualquer trabalho previsto para efeitos de avaliação sumativa (relatórios, portefólios, trabalho de pesquisa, de projeto, etc.) seja aplicado, deve seguir-se o mesmo procedimento de um teste;

6- Avaliação da componente de domínio não cognitivo.

6.1- Designação desta componente de avaliação: Competências Socio-afetivas

6.2- Pesos das competências socio-afetivas relativos a cada nível de ensino:

Nível de ensino	Peso das Competências Socio-afetivas
Ensino secundário regular	10
Ensino secundário profissional	25

7 – Avaliação final de cada período e ano:

7.1 – deve refletir claramente a aplicação de todos os critérios de avaliação da disciplina;

7.2 – deve ser contínua.

8 – Devem ser previstos e proporcionados aos alunos momentos de autoavaliação, por escrito, em cada uma das disciplinas.

9 – De todos os momentos de avaliação e aplicação de instrumentos de avaliação, o professor deve utilizar registos estruturados de recolha de informação sobre as competências, aprendizagens, atitudes e valores atingidos.



4.2. CRITÉRIOS ESPECÍFICOS

Os critérios específicos de avaliação de cada disciplina foram definidos a nível de subdepartamento da área disciplinar e nível de ensino e são divulgados aos alunos pelos respetivos docentes.

4.3. PRINCÍPIOS ORIENTADORES/CRITÉRIOS GERAIS PARA O ENSINO PROFISSIONAL

1 – Os critérios de avaliação contemplam todas as modalidades de avaliação: diagnóstica, formativa e sumativa, bem como a auto e heteroavaliação.

2 – Os critérios de avaliação são definidos e apresentados aos alunos em termos de disciplina e de módulos.

3 – Os critérios de avaliação são divulgados:

3.1 – Aos alunos e encarregados de educação pelo Diretor de Turma, em colaboração com o Diretor de Curso e Direção Executiva.

3.2 – Pelo professor de cada disciplina e de cada módulo no seu curso explicitando os critérios específicos de cada módulo.

4 – Os critérios de avaliação devem contemplar de forma clara:

- a avaliação no domínio das competências socio-afetivas: comportamento, empenho, assiduidade e pontualidade, disciplina, material na sala de aula, etc.;
- no domínio cognitivo - as competências específicas do currículo de cada disciplina e de cada módulo, ao nível do processo de ensino-aprendizagem;
- a valorização do mérito, valor e excelência.

4.1.- As competências a avaliar no domínio não cognitivo têm a designação geral de competências socio-afetivas, e têm no ensino profissional o peso de 25% na avaliação final do módulo.

4.2 – Relativamente aos instrumentos de avaliação do domínio cognitivo deve observar-se o seguinte:

4.2.1 – O número de testes e outros instrumentos de avaliação deve ser claro, em cada módulo.



4.2.2 – A classificação a registar nos diversos instrumentos de avaliação sumativa (testes, trabalhos, fichas, grelhas de observação) é quantitativa, quer a classificação total quer a classificação questão a questão.

4.2.3 – Os testes ou trabalhos têm de ser corrigidos e entregues dentro do período de avaliação do respetivo módulo a que dizem respeito.

4.2.4 – Tem de ser comunicada ao aluno a matriz do teste ou trabalho: dia, hora, duração efetiva, competências, conteúdos e estrutura.

4.2.5 – Tem de fazer-se a correção integral do teste ou trabalho na aula.

4.2.6 – A tabela de classificação a aplicar na Escola para todos os instrumentos de avaliação sumativa do ensino profissional é de 0 a 20 valores.

4.2.7 – Os alunos devem realizar apenas uma atividade avaliativa (teste, apresentação/entrega de trabalho, trabalho/atividade prática) por dia e três, excecionalmente quatro, por semana.

4.2.8 – Sempre que qualquer trabalho previsto para efeitos de avaliação sumativa (relatórios, portefólios, trabalho de pesquisa, de projeto, oralidade, leitura, etc.) seja aplicado, segue-se o mesmo procedimento de um teste. (Pontos 4.2.2 a 4.2.7)

4.2.9 – Os alunos devem consultar o seu teste ou trabalho, verificar as respostas dadas, confrontando-as com a correção, e conferir as classificações atribuídas em cada questão, devolvendo o teste/trabalho de avaliação ao professor com a indicação «tomei conhecimento da classificação obtida», a data e assinatura do ato.

4.2.9.1 – No caso das apresentações orais ou de outros tipos de trabalho de avaliação cujo registo da avaliação é feito por meio de grelhas específicas, o aluno toma conhecimento da classificação obtida, rubricando, em espaço próprio, a respetiva grelha ou pauta.

5 – Avaliação final em cada módulo deve refletir claramente a aplicação de todos os critérios de avaliação para o módulo e ser registada em grelha própria para o efeito, a arquivar no dossiê da disciplina.

6 – Têm de ser previstos e proporcionados aos alunos momentos de autoavaliação, por escrito, no final de cada um dos módulos.

7 – De todos os momentos de avaliação e aplicação de instrumentos de avaliação, o professor utiliza registos estruturados de recolha de informação sobre as competências, aprendizagens, atitudes e valores atingidos.

8 – A avaliação da Formação em Contexto de Trabalho (FCT) é concretizada de acordo com os parâmetros de avaliação definidos no Regulamento específico de FCT e divulgados obrigatoriamente pelo professor orientador no início do processo de FCT.



9 – A avaliação da Prova de Aptidão Profissional (PAP) é concretizada de acordo com os parâmetros de avaliação definidos no regulamento específico da PAP e divulgados obrigatoriamente pelo professor orientador no início da elaboração do projeto, ou seja, no início do ano letivo.

5. PLANOS DE TRABALHO DE TURMA NO ENSINO SECUNDÁRIO

Como já foi referido, este documento servirá de base de trabalho dos Planos de Trabalho de Turma do 10.º ano, 11.º ano e 12.º ano. O objetivo é elaborar um documento que reúna orientações específicas para todas as turmas de cada ano do ensino secundário.

Assim sugere-se a seguinte organização para a elaboração dos Planos de Trabalho de Turma:

1. Caracterização da turma.
2. Identificação e definição de estratégias para superação de problemas comportamentais e de aprendizagem. Articulação da intervenção dos professores da turma.
3. Avaliação do plano de trabalho de turma /resultados observados das estratégias implementadas.

D – Implementação do Projeto no Ensino Especial

1 – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO ESPECIAL

De acordo com as suas finalidades, este nível de ensino procura aprofundar a formação adquirida no ensino básico e, simultaneamente, preparar os jovens para a transição para a vida ativa, de acordo com as condicionantes e capacidades.

1.1. MATRIZ CURRICULAR ORIENTADORA DO “CURRÍCULO ESPECÍFICO INDIVIDUAL” e “PLANO INDIVIDUAL DE TRANSIÇÃO”

** Aplicação das disposições conjuntas dos artigos 14º e 21º, do Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro, e da Portaria nº 201-C/2015 de 10 de julho.

	Disciplinas	Carga horária semanal (x 45min)		
		10º	11º	12º
	Português	3	3	3
	Inglês	2	2	2
	Matemática	3	3	3
	Educação Física	4	4	4
	Oficina	2	2	2
	TIC	2	2	2

ATIVIDADES DE PROMOÇÃO DA CAPACITAÇÃO:	Vida em Casa	2	2	2
	Vida na Comunidade	2	2	2
	Participação Atividades Escolares	2	2	2
	Emprego	2	2	2
	Saúde e Segurança	2	2	2
	Atividades Sociais	2	2	2
	Atividades de Defesa dos Direitos	2	2	2
	Plano Individual Transição (PIT)	8	8	8

A carga horária pode sofrer alterações conforme as necessidades e desempenho dos alunos tendo em conta a sua promoção e autonomia.



Currículo Específico Individual (aplica-se o previsto no art. 21.º do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro: “os alunos com *currículos específicos individuais* não estão sujeitos ao regime de transição de ano escolar nem ao processo de avaliação caraterístico do regime educativo comum, ficando sujeitos aos critérios específicos de avaliação definidos no respetivo PEI”.

O aluno deverá desenvolver objetivos com vista ao desenvolvimento da autonomia pessoal e social, da comunicação e da linguagem e do desenvolvimento de relações interpessoais, integrando-se nas **Componentes do Currículo as disciplinas da FORMAÇÃO ACADÉMICA / ATIVIDADES DE PROMOÇÃO DA CAPACITAÇÃO**, previstas na Portaria nº 201-C/2015 de 10 de julho.

1.2 OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO SERÃO:

- Ao nível do saber: os conhecimentos adquiridos em cada área por referência ao estabelecido nos respetivos programas.
- Ao nível do saber fazer: a aplicação dos conhecimentos e a autonomia na realização das tarefas propostas.
- Ao nível do saber estar: a assiduidade e pontualidade, a organização dos materiais, a concentração, a participação adequada e a persistência; no domínio das relações interpessoais a colaboração e o respeito pelos outros.

No final de cada período será feita uma avaliação das competências desenvolvidas em todas as áreas do seu currículo. Assim, a avaliação será expressa em nota quantitativa (de 1 a 20 valores) e descritiva, para todas as áreas das componentes do seu currículo.

E – ÁREAS QUE OPERACIONALIZAM ESTE PROJETO

1 – ÁREAS CURRICULARES DISCIPLINARES – AS TIC NO ENSINO BÁSICO E NO ENSINO SECUNDÁRIO PROFISSIONAL

A importância conferida às TIC na sociedade contemporânea fez com que esta disciplina fizesse a sua entrada triunfal na escola e hoje é parte integrante dos currículos, quer do Ensino Básico, quer do Secundário. Os programas das diversas disciplinas fazem, por sua vez, apelos



ao desenvolvimento de trabalhos com recurso às TIC. A transversalidade desta área disciplinar está pois presente na generalidade das disciplinas que compõem os atuais Planos de Estudo (cf. Programas).

As TIC são, pois, um recurso essencial para o desenvolvimento de algumas competências gerais, nomeadamente:

- a) pesquisa de informação;
- b) seleção e tratamento da informação;
- c) desenvolvimento da leitura em vários suportes: textos, gráficos, esquemas, etc;
- d) elaboração e comunicação de trabalhos;
- e) desenvolvimento da psicomotricidade, pela destreza manual e (se) for utilizada uma postura corporal correta.

No Ensino Básico, a TIC recorrem a ferramentas básicas como o processamento de texto, a folha de cálculo e a utilização da Internet, de modo que o aluno seja capaz de fazer uma utilização segura e adequada dos recursos digitais e proporcionar condições de acesso universal à informação. A disciplina funciona sequencialmente no 7º e 8º ano, semestralmente ou anualmente, em articulação com uma disciplina criada pela escola, designada por oferta de escola. Por conseguinte, a planificação desta área curricular disciplinar fará parte integrante do projeto curricular ds 7º e 8º ano.

No Ensino Secundário, é esperado que os alunos sejam capazes de utilizar com eficácia a TIC e desenvolvam as aprendizagens e competências realizadas no Ensino Básico, no âmbito das Tecnologias da Informação e Comunicação, duma forma transversal.

2 – OFERTAS DE ESCOLA

A decidir pela escola - (de acordo com a alínea e) da estrutura curricular do 3º ciclo).

2.1 – **Oferta de escola** - para além do currículo definido para o território nacional, como se pode verificar no desenho curricular apresentado neste documento, as disciplinas de oferta da escola são, para o 7º e 8º ano, **Educação Tecnológica** em parceria com as **TIC**.

2.2 – **Oferta Complementar** – A **Formação Cívica e Humana** de acordo com a decisão da escola e o programa definido neste documento.

Estas áreas de formação devem também seguir a especificidade de cada turma, constante no respetivo Projeto de Turma e a sua planificação deve também constar do referido projeto.

Haverá um reforço e um conjunto de apoios para todas as disciplinas sujeitas a exame nacional, e em particular no Português e na Matemática. Para o nono ano nestas duas disciplinas além do reforço e apoios, haverá também um tempo de coadjuvância para complemento e superação de dificuldades.

Estes apoios e reforços serão assim, uma tentativa de combater o insucesso escolar nestas disciplinas, prevê-se que estas aulas incidam essencialmente no treino das matérias em que os alunos manifestem maiores dificuldades. O professor deve rever matérias consideradas essenciais para o prosseguimento de estudos na disciplina, deve consolidar conhecimentos adquiridos nas aulas da disciplina e treinar os conteúdos de maior dificuldade. Pretende-se a motivação para estas disciplinas e a superação de dificuldades acompanhadas da revisão de conteúdos essenciais e consolidação das matérias lecionadas.

A avaliação desta área obedece aos mesmos critérios e está integrada nas várias formas de avaliação curricular de cada uma das respetivas disciplinas.



3 – ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR

Estas atividades têm uma natureza eminentemente lúdica, cultural e formativa e destinam-se a proporcionar e facilitar a formação integral e a realização pessoal do aluno, operacionalizando os Projetos Educativo e Curricular da Escola.

A fim de proporcionar e facilitar a formação integral e a realização pessoal do aluno, as atividades de enriquecimento curricular a desenvolver devem possuir:

- a) carácter desportivo;
- b) carácter artístico;
- c) carácter tecnológico;
- d) características vocacionadas para a formação pluridimensional;
- e) a promoção da solidariedade e do voluntariado;
- f) a ligação da escola com o meio;
- g) o desenvolvimento da dimensão europeia na educação.

Na nossa escola as atividades de enriquecimento curricular têm sido bastante variadas, gerando um notável dinamismo da vida escolar. Assim têm funcionado vários projetos e clubes, a saber:

- Projeto de Educação para a Saúde (PES)
- Programa Regional de Educação Sexual em Saúde Escolar (PRESSE),
- Biblioteca/Centro de Recursos
- Clube da Robótica
- Ciência em Movimento
- Tecnologia Educativa/ Tecnologias da Informação e da Comunicação
- Internet na Escola – página Web
- Rádio Escola
- Revista Schola
- Oficina Tecnológica
- Equipa de Apoio ao Aluno
- Clube Europeu
- Clube de Teatro



- Ciência em Movimento
- Clube GPS
- Clube Proteção Civil
- Clube do Voluntariado
- GAMC – Gabinete de Apoio e Mediação de Conflitos
- **Desporto Escolar** – Clube de BTT e Clube de Canoagem.

Além destes projetos muitas outras atividades pontuais se realizam ao longo do ano escolar, nomeadamente: Saraus de poesia, Tertúlias, noites de teatro, desfiles de moda, festa de Natal, venda de postais da Unicef, eventos desportivos (corta-mato, torneios, desportos radicais, etc.), exposições interativas (Ciência Viva), sessões de cinema, palestras, publicações, olimpíadas de Matemática, exposições de projetos dos alunos, visitas de estudo nacionais e no estrangeiro, bailes, acampamentos, passeios pedestres, ações de formação, entre outras.

Os organizadores destas atividades são todos os Departamentos Curriculares, Conselhos de Turma, Núcleos de Estágio, Clubes Escolares, Direção Executiva, Associação de Pais e Encarregados de Educação e Associação de Estudantes.

Em casos devidamente justificados – como a realização de projetos pedagógicos especiais em determinadas áreas disciplinares ou disciplinas, ou desenvolvidos no âmbito do “Viva à Escola”, bem como sempre que ocorram interrupções na atividade letiva, podem as atividades de complemento e/ou enriquecimento curricular ser desenvolvidas dentro do tempo letivo.

A organização das atividades de enriquecimento curricular apresenta como fator estruturante um grupo nuclear, de livre designação, que pode integrar alunos, professores, associações de alunos, especialistas e outros membros da comunidade.

A proposta de projeto de cada grupo nuclear é apresentada ao Conselho Pedagógico e deve conter a indicação do responsável e a descrição da natureza e objetivos do projeto, a forma de organização interna, as atividades a desenvolver, o tempo semanal necessário, o número de participantes, os recursos materiais e humanos necessários e as formas e momentos de avaliação das atividades.

O conjunto de projetos apresenta-se sob a forma de um programa que deve constituir parte integrante do Plano Anual de Atividades da Escola.

O programa global de atividades de enriquecimento curricular deve constar do Plano Anual da Escola a ser elaborado pelo Conselho Pedagógico.



A iniciativa de realização dos projetos de atividades de complemento curricular pode partir de professores e alunos, da Direção Executiva e do Conselho Pedagógico, bem como de outras instituições de carácter cultural, artístico, científico, ambiental e económico.

Pretende-se continuar a dinamizar a escola com atividades de complemento curricular, cada vez mais enriquecedoras e que contribuam para a operacionalização do Projeto Educativo da Escola.

F – Outras áreas de apoio à concretização deste projeto

1 – SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO EDUCATIVO

Os serviços especializados de apoio educativo destinam-se a promover a existência de condições que assegurem a plena integração escolar dos alunos e a realização de aprendizagens de qualidade, devendo conjugar a sua atividade com as estruturas de orientação educativa.

Deverão constituir serviços especializados de apoio educativo:

a) A **Equipa de Apoio ao Aluno** e o **Projeto Educação para a Saúde** trabalham em articulação e/ou parceria com a direção da escola e as restantes estruturas de apoio aos alunos, muito em particular com os diretores de turma dos quais recolhem informação relevante face aos assuntos a tratar. As situações mais problemáticas são encaminhadas para Serviços de Psicologia da Ação Social da CMB e para o Centro de Saúde de Barcelinhos.

b) Relativamente ao **Serviço de Psicologia e Orientação**, pretende-se para a nossa escola um serviço de psicologia e orientação que assegure o acompanhamento do aluno, individualmente ou em grupo, ao longo do processo educativo, bem como o apoio ao desenvolvimento do sistema de relações interpessoais no interior da escola e entre esta e a comunidade, conforme consta no Regulamento Interno da Escola.

Relativamente à **Educação Especial e Serviços de Psicologia e Orientação**, deverá promover a existência de condições que assegurem a plena integração escolar e social dos alunos com NEE de carácter permanente. A resposta educativa especializada organiza-se de forma a adequar o processo de ensino/aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente em contexto regular.

c) O **Serviço de Apoio Pedagógico** desenvolve-se nas seguintes áreas:

- **Apoio Pedagógico Acrescido;**

As aulas de **Apoio Pedagógico Acrescido** procuram responder aos diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos e destinam-se essencialmente aos alunos que tenham tido, no ano anterior, um número de faltas inferior a dois terços das aulas previstas; manifestem carências no domínio da Língua Portuguesa, que se repercutem no estudo da generalidade das disciplinas; revelem um ritmo de aprendizagem diferente dos colegas do mesmo nível etário; revelem dificuldades pontuais na aquisição de certos conteúdos programáticos.

- **Apoios na Sala de Estudo;**

A **Sala de Estudo** visa a resolução de problemas de aprendizagem e o apoio à realização dos trabalhos escolares dos alunos. Assim, deve desenvolver atividades do domínio transdisciplinar relacionadas com o desenvolvimento de competências de estudo (métodos de estudo, técnicas de memorização, organização de materiais de estudo, consulta de suportes de informação, etc.). Os docentes responsáveis pelo acompanhamento das atividades na sala de estudo são designados pela Direção Executiva e apresentam o respetivo plano de trabalho.

- **Apoio individualizado - Educação Especial.**

d) **Projeto SEI+**

"O Projeto Educativo da Escola Secundária de Barcelinhos estabelece, no domínio "Ensino e Aprendizagem," um conjunto de metas a alcançar na sua missão educativa. "Promover o sucesso educativo," "Fomentar a progressão/aprovação escolar" e "Assegurar a igualdade de oportunidades para todos os alunos" são três destas metas que se enquadram no plano de ação do **Projeto Sei+**".

- **Aula de reforço nos anos e disciplinas, sujeitas a exames nacionais**
- **Coadjuvância no nono ano às disciplinas de Português e Matemática.**
- **Apoios na preparação dos Exames Nacionais.**



e) Relativamente ao **Serviço de Ação Social Escolar**, o seu objetivo é a compensação social e educativa dos alunos economicamente mais carenciados, orientando-se por critérios de discriminação positiva.

2 – BIBLIOTECA ESCOLAR/CENTRO DE RECURSOS

A Biblioteca/Centro de Recursos Educativos está integrada na Rede Nacional de Bibliotecas Escolares desde o ano de 2003.

Os objetivos essenciais desta biblioteca são:

1. Promover a realização de atividades de investigação.
2. Promover a leitura.
3. Proporcionar aos alunos instrumentos educativos que promovam o desenvolvimento de trabalho autónomo.
4. Promover a dinamização e aplicação das tecnologias da informação e comunicação.
5. Promover a aquisição de competências no domínio da construção de instrumentos para obter informação.
6. Propor espaços onde os alunos encontrem informação que lhes permita executar as suas tarefas.
7. Promover a articulação com outras estruturas ou serviços da escola, com vista ao desenvolvimento de estratégias de diferenciação pedagógica
8. Contribuir para a criação de condições que viabilizem o desenvolvimento do Projeto Educativo da Escola.

Principais atividades da biblioteca escolar:

- PNL;
- Conferências e Exposições;
- Encontros com escritores;
- Feira do livro;
- Tertúlias e Blogs;



- Clube dos Amigos da BE;
- Oficinas de escrita e de poesia;
- Produção de documentos em diferentes suportes;
- Atualização de fundo documental;
- Publicações escolares.

3 – CRITÉRIOS PARA A DISTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO LETIVO

3.1. Alunos

Os horários dos alunos serão elaborados de acordo com a legislação em vigor, respeitando sempre os seus direitos, preferências, níveis e cursos a frequentar, e também tendo em conta a disponibilidade dos recursos físicos e materiais da escola.

3.2. Pessoal Docente

* (Seguindo o despacho normativo nº 13-A/2012 de 5 de Junho, no artigo 4º e

* Atendendo:

- a critérios de justiça e de equidade
- ao perfil dos docentes do estabelecimento de ensino
- ao desempenho nos cargos atribuídos,

O Diretor deve distribuir o serviço letivo, não letivo ou equiparado,

1 – Dentro das possibilidades de cada docente e de cada turma deve ser considerada a continuidade pedagógica dentro de cada ciclo de ensino e se possível as equipas pedagógicas ...

2 – “A distribuição do serviço docente deve ser pautada por critérios de bom aproveitamento dos recursos disponíveis, maximizando a rentabilidade da formação dos docentes”. Por isso, e atendendo à oferta formativa da escola, devem os professores disponibilizarem-se para:



- a) Lecionação de disciplinas e áreas disciplinares das várias ofertas formativas da escola: 3º Ciclo, Ensino Secundário, Ensino Profissional.
- b) Continuação de projetos, clubes e outros cargos se o desempenho e o perfil for adequado para atingir os fins e o sucesso a que se propõem.
- c) Desenvolver atividades de ocupação plena dos tempos escolares e apoios educativos aos alunos.

3 – Nos grupos de docência bidisciplinares ou multidisciplinares, os docentes terão de assegurar primeiramente a lecionação da(s) disciplina(s) nas quais se profissionalizaram e concorreram para lugar de quadro, ou se existirem vários professores poderá o serviço letivo de outras disciplinas, ser distribuído por vários, por acordo dos próprios docentes, a nível de departamento, subdepartamento ou disciplina.

4 – Deverá cada docente desenvolver a sua atividade letiva, pelo menos em dois níveis de ensino, nomeadamente, em turmas do ensino básico e secundário; ou cursos gerais e profissionais, de modo a não haver docentes mais sobrecarregados do que outros, que se limitam apenas a um nível de ensino. Esta situação poderá acontecer em situações excecionais e devidamente justificadas e ponderadas pelo órgão de gestão.

5 –A redução da componente letiva do horário de trabalho a que o docente tenha direito nos termos do artigo 79º do ECD determina o acréscimo correspondente da componente não letiva a nível de estabelecimento, mantendo-se a obrigatoriedade da prestação do docente de trinta e cinco horas de serviço semanal.

6 – A distribuição do serviço letivo e não letivo deve ser organizado pelos cinco dias da semana, salvo exceções, e tem de respeitar as regras da elaboração dos horários, de acordo com as normas estipuladas para os alunos.

7 – Ainda “no âmbito das competências legalmente cometidas ao órgão de administração e gestão” na distribuição do serviço docente, deverá o diretor ter ainda, em conta:

- a) O Número de níveis e de programas lecionados;
- b) As cargas horárias das disciplinas atribuídas;
- c) A diversidade dos anos de escolaridade;
- d) O número de alunos por turma;
- e) O carácter teórico/prático da disciplina;



f) A diversidade de problemas de aprendizagem.

8 – Os docentes que lecionam o Ensino Profissional, terão no seu horário uma disponibilidade para apoio ao desenvolvimento da formação e das tarefas inerentes a este tipo de ensino e às exigências do POPH:

- a) Não atribuição de tarefas de aulas de substituição;
- b) A componente não letiva destinada para apoio das atividades referidas, será distribuída pelas seguintes tarefas, com uma proporcionalidade equilibrada:
 - Arquivo de documentação;
 - Elaboração de materiais didáticos: sebatas ou guias de aprendizagem, etc.
 - Reuniões semanais
 - Implementação de planos de recuperação de módulos
 - Acompanhamento das Pap's (12ºano).

9 – Reduções para cargos do Ensino Profissional - CNL

- a) Diretores de Curso – 3 horas na componente letiva;
- b) Orientador da PAP – 12º ano – 2 horas de redução na componente não letiva;
- c) Orientadores FCT – 11º e 12º ano - orientadores por curso – 2/3 horas na componente não letiva.

4 – CRITÉRIOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE TURMAS

Os critérios para a constituição de turmas estão definidos e aprovados pelo Conselho Pedagógico e plasmados no Projeto Educativo da Escola.

Deve, ainda, ter-se em conta o despacho da organização do ano letivo, e demais legislação sobre matrículas e renovação de matrículas, que enumera um conjunto de regras sobre o acesso dos alunos aos estabelecimentos de ensino e consequente constituição das turmas.

G – Considerações Finais

1 – AVALIAÇÃO DO PROJETO CURRICULAR

Considera-se que deve ser feita uma avaliação e revisão regular do Projeto Curricular de Escola, que conduzirá à sua reformulação e/ou adaptação, sempre que as circunstâncias o aconselhem, nomeadamente aquando da revisão do Projeto Educativo da Escola.

Um projeto curricular de escola não está nunca completo, nem totalmente atualizado, pois uma escola é uma instituição dinâmica, em constante evolução. Assim, este projeto também não deve ser estático, nem se pretende redutor, procurando apenas nortear a atuação da comunidade educativa, cabendo então a esta conhecendo-o, pô-lo em prática e fazer a sua avaliação.

2 – FONTES DOCUMENTAIS

- Reorganização Curricular do Ensino Básico: Princípios, Medidas e Implicações, Ministério da Educação 2001;
- Decreto-Lei Nº 6/2001 de 18 de janeiro;
- Legislação referente ao Ensino Profissional, Cursos de Educação e Formação e Educação e Formação de Adultos;
- Projeto Educativo da Escola;
- Regulamento Interno da Escola;
- Despacho nº 5106-A/2012, de 12 de Abril;
- Despacho nº 5643-F/2012, de 26 de Abril;
- Despacho Normativo nº 13-A/2012, de 5 de Junho;
- Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de Junho;



- Portaria nº 243//2012, de 10 de Agosto.

Este documento foi aprovado em reunião do Conselho Pedagógico realizada no

.....